

COMUNICADO

Acordo de Parceria Portugal-UE: isolamento e subdesenvolvimento

O Acordo de Parceria Portugal-UE, recentemente aprovado, é extremamente prejudicial para a competitividade da nossa economia, pois isola-nos dos mercados europeus, aumentando o diferencial negativo para a competitividade do território nacional, condenando Portugal ao subdesenvolvimento.

As verbas destinadas ao sector dos transportes são claramente insuficientes para o suporte do plano anunciado pelo governo (PETI3+), que era já de si escasso e pouco claro quanto aos objectivos de competitividade.

A ferrovia actual não é interoperável e por isso não permite tráfego directo e competitivo para lá de Espanha e dentro de poucos anos nem para Espanha. A rodovia tende a perder competitividade por causa dos problemas ambientais e energéticos. Nestas condições, faltarão a Portugal vias terrestres competitivas para o transporte de mercadorias de/para o seu principal parceiro comercial, a União Europeia.

O presente Acordo de Parceria não garante a execução dos projectos necessários e assim passará mais uma legislatura sem que nada seja feito quanto à interoperabilidade da nossa infraestrutura ferroviária, o que terá como resultado prático a criação de um obstáculo ao

investimento em Portugal, obrigando as empresas a usar plataformas logísticas fora das nossas fronteiras, fomentando a sua deslocalização e dificultando aos nossos portos a conquista de mercado em Espanha. Assim à excepção de investimentos locais impossíveis de deslocalizar, a Espanha atrairá a quase totalidade do investimento na península Ibérica.

Para as ligações ferroviárias internacionais em bitola europeia, integradas na rede principal (core) da UE, o Acordo prevê a mobilização do MIE (Mecanismo Interligar a Europa) (pag. 126), que como foi anunciado pelo Governo assegura a Portugal 500 milhões de euros para projectos credíveis apresentados até 2016, e a possibilidade de concorrer a mais. Neste momento, o Estado não tem um único projecto credível nesta área e até ao final do prazo será muito difícil ter.

Perante este Acordo é improvável que se realize a ligação Sines-Caia e é praticamente impossível desenvolver a ligação ferroviária internacional mais importante para a nossa economia: Aveiro-Salamanca.

As regiões Norte e Centro, onde se geram 2/3 das nossas exportações, são brutalmente prejudicadas. Portugal tornar-se-á no único país da Europa Ocidental cujas exportações terrestres estarão criticamente dependentes da rodovia, com consequências nefastas como é explicitamente reconhecido no Acordo (pag 115).

Ao nível da rede ferroviária convencional e do sector marítimo o Acordo também levanta as maiores preocupações, pois as verbas previstas (pag 181) não chegam para financiar a maior parte dos projectos propostos para estes sectores no PETI3+.

Neste contexto a ADFERSIT recomenda que:

- se desenvolvam ou adquiram projectos credíveis para apresentar à UE de Linhas competitivas de bitola europeia nos Corredores Sines-Caia e Aveiro-Salamanca
- se proponha à Comissão Europeia uma redistribuição dos Fundos da UE para o período 2014-2020 atribuindo ao sector dos transportes uma parcela consideravelmente superior à prevista no presente Acordo e que permita, em particular, a execução dos projectos referidos.
- se negoceie com Espanha e com a Comissão Europeia a construção simultânea de ambas as Linhas

Caso estas recomendações não sejam aceites, pergunta-se ao Governo

- i) como pensa dotar o país de instrumentos de competitividade no domínio dos transportes e logística face aos territórios vizinhos (europeus, mas particularmente espanhóis) concorrentes ao investimento?
- ii) como pensa respeitar a meta de 2030, estabelecida pela Comissão Europeia para completar as infraestruturas do Corredor Atlântico, se com este Acordo vamos desperdiçar os próximos 7 anos?

A Direcção da ADFERSIT

22 de Agosto de 2014

Anexo: excertos anotados do Acordo de Parceria